

11 3 MAR 1988

Congresso está quase parando

Desde que tomou posse, há três anos, o presidente José Sarney já assinou 100 decretos-leis — cerca de três por mês. Estão todos em vigor, embora 40 deles — inclusive o que institui a Unidade de Referência de Preços (URP) — não tenham sido sequer lidos em plenário. Aos 100 decretos de Sarney, juntam-se, nas gavetas do Congresso Nacional, 83 assinados pelo ex-presidente Figueiredo nos seus últimos dois meses de governo. Os únicos 18 decretos aprovados neste período passaram pelo sistema de decurso de pra-

zo — nenhum deles foi votado.

O ritmo do Congresso Nacional, quando trabalhando em caráter ordinário, contrasta com o que vem sendo imprimido às votações da Constituinte pelo presidente Ulysses Guimarães — vota-se a nova Carta “na marra”, numa corrida contra o tempo. Desde que foi reaberto para seu trabalho normal, no último dia 1º, o Congresso Nacional vem mostrando que a tendência é desacelerar, ainda mais seus trabalhos, abrindo espaço para que a nova Constituição seja promulgada,

como está sendo anunciado, em 21 de abril.

Nos últimos oito dias, a Câmara aprovou nove projetos de lei (todos na manhã de ontem), matérias sem maior repercussão. O senador foi bem mais modesto: desde a reabertura dos trabalhos, aprovou somente quatro pedidos de empréstimo para o Rio de Janeiro. Restam, sob o título de “em tramitação”, um eufemismo para a prática do engavetamento, 253 projetos de lei (215 pendentes de legislaturas anteriores) no Senado. Na Câmara, não há números totais dis-

poníveis, mas somente na Ordem do Dia da sessão de ontem existiam 88 projetos ou mensagens a serem apreciados.

TEMAS

Na falta de matérias mais substanciais a serem votadas, as sessões da Câmara e do Senado têm servido para pronunciamentos de parlamentares a respeito dos temas mais quentes da Constituinte, já que nas sessões da Assembleia o presidente Ulysses Guimarães não dá oportunidade para discursos.

Fora isto, o Senado tem

as funções de aprovar empréstimos a Estados e municípios e votar, secretamente, a indicação que a Presidência faz para cargos diplomáticos ou do Judiciário. A Câmara não tem, em pauta, nenhum grande assunto — a Constituinte continua sendo responsável pelo movimento, mesmo nas sessões ordinárias, freqüentadas apenas pelos parlamentares que têm alguma comunicação a fazer. A norma agora é se poupar para o desgaste diário que as sessões constituintes representam. Congresso ordinário só depois da nova Carta promulgada.